



**LEI Nº 1078/2002**

**“Dispões sobre as normas que regulam a preservação e conservação do Meio Ambiente do Município de Lajinha-MG., e dá outras providências”**

**Livro I**

**Parte Geral**

**Título I**

**Dos conceitos**

Art. 1º - São os seguintes os conceitos para fins e efeitos deste código:

I – Meio Ambiente: interação de elementos naturais e criados, incluindo-se os socioeconômicos e culturais, que permitem, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

II – Ecossistema; conjunto integrados de fatores físicos e bióticos que caracterizam um determinado lugar, estendendo-se por determinado espaço de dimensão variáveis. É uma totalidade integrada, sistêmica e aberta, que envolve fatores abióticos e bióticos, com respeito à sua composição, estrutura e função.

III – Poluição: a alteração da qualidade ambiental resultante de atividades humanas que pode ser agravada por fatores naturais que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
- e) afetem as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

*IV – Poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, direta ou indiretamente responsável, ou atividade causadora de poluição ou degradação efetiva ou potencial.*

V – recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo o subsolo, a biota, em todas as suas formas.

VI – Proteção: procedimentos integrantes das práticas de conservação e preservação da natureza.

VII – Preservação: proteção integral do atributo natural, admitindo apenas o seu uso indireto.

VIII – Conservação: uso sustentável dos recursos naturais, tendo em vista a sua utilização sem colocar em risco a manutenção dos ecossistemas existentes, garantindo-se a biodiversidade.

IX – Manejo: técnica de utilização racional e controlada de recursos ambientais mediante a aplicação de conhecimentos científicos e técnicos, visando atingir os objetivos de conservação da natureza.

X – Gestão ambiental: tarefa de administrar e controlar os usos sustentados dos recursos ambientais, naturais ou não, por instrumentação adequada – regulamentos, normatização e investimentos públicos – assegurando racionalmente o conjunto do desenvolvimento produtivo social e econômico em benefício do meio ambiente.

XI – Áreas de preservação permanente: porções do território municipal de domínio público ou privado, destinados à preservação de suas características ambientais relevantes, assim definidas em lei.

XII – Unidades de conservação: parcelas do território municipal, incluindo as áreas com características ambientais relevantes de domínio público ou privado legalmente constituídas ou reconhecidas pelo poder público, com às quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

XIII – Áreas verdes especiais: áreas representativas de ecossistemas criadas pelo poder público por meio de revegetação em terra de domínio público ou privado.

### **Título II**

### **Da Política**

### **Capítulo I**



## **Dos Princípios**

Art. 2º - Este Código, fundamentado no interesse local, regula a ação do poder público Municipal e a sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privada, preservação,

conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida.

Art. 3º - A política Municipal de Meio Ambiente é orientada pelos seguintes princípios:

I – a promoção do desenvolvimento integral do ser humano;

II – a racionalização do uso dos recursos ambientais, sejam eles naturais ou não;

III – a proteção de áreas ameaçadas de degradação, bem como a obrigação de recuperar as áreas já degradadas com indenização pelos danos causados ao meio ambiente;

IV – a garantia do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações;

V – a democratização das informações relativas ao meio ambiente.

## **Capítulo II**

### **Dos objetivos**

Art. 4º - São objetivos da política Municipal de Meio Ambiente:

I – articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com aqueles dos órgãos Federais e Estaduais, quando necessário;

II – articular e integrar as ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo consórcios e outros instrumentos de cooperação;

III – identificar e caracterizar os ecossistemas do Município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

IV – compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais sejam eles naturais ou não;

V – controlar a produção, extração, a comercialização, o transporte e o emprego de materiais, bens e serviços, métodos e técnicas que comportem risco para vida ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;

*VI – estabelecer normas, critérios e padrões de emissão de efluentes e de qualidade ambiental, bem como normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, naturais ou não, adequando-os permanentemente em face da lei e de inovações tecnológicas;*

VII – preservar e conservar as áreas protegidas do Município;

VIII – promover a educação ambiental na sociedade e especialmente na rede de ensino municipal;

IX – promover o zoneamento ambiental.

### **Título III**

#### **Do Sistema Municipal de Meio Ambiente**

#### **Capítulo I**

#### **Da Estrutura**

Art. 5º - O Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMA – é o conjunto de órgãos e entidades públicas e privadas integradas para conservação, a defesa, a melhoria, a recuperação, o controle do meio ambiente e o uso adequado dos recursos ambientais do município, consoante o disposto neste Código.

Art. 6º - integram o Sistema Municipal de Meio Ambiente:

I – A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA, através do seu Departamento de Meio Ambiente, com órgão de coordenação, controle e execução da política ambiental;

II - o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo da política ambiental;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

III - as organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;

IV - outras secretarias e autarquias afins do Município, definidas em ato do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O CODEMA é o órgão superior deliberativo da composição do SIMMA, nos termos deste Código.

Art. 7º - Os Órgãos e entidades que compõem o SIMMA atuarão de forma harmônica e integrada, sob a coordenação do Departamento de Meio Ambiente, observada a competência do CODEMA.

### Capítulo II

#### Do órgão Executivo

Art. 8º - O Departamento de Meio Ambiente - DEMA, é o órgão de coordenação, controle e execução da política municipal de meio ambiente, com as atribuições e competência definidas neste Código.

Art. 9º – São atribuições do DEMA:

I - participar do planejamento das políticas públicas do Município;

II - elaborar o Plano de Ação de Meio Ambiente e a respectiva proposta orçamentária;

III - coordenar as ações dos órgãos integrantes do SIMMA;

IV - exercer o controle, o monitoramento e a avaliação dos recursos naturais do Município;

V - realizar o controle e o monitoramento das atividades produtivas e dos prestadores de serviços quando potencial ou efetivamente poluidores ou depredadores do meio ambiente;

VI - manifestar-se mediante estudos e pareceres técnicos sobre questões de interesse ambiental para a população do Município;

VII – implementar com base no Plano de Ação, as diretrizes da política ambiental municipal;

VIII – promover a educação ambiental;

IX - articular-se com organismos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais – ONGs, para a obtenção e a execução coordenada de financiamentos



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

para a implantação de programas relativos a preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, naturais ou não;

X - coordenar a gestão do Fundo Municipal para o Meio Ambiente - FUMMA, nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, segundo as diretrizes fixadas pelo CODEMA;

XI - apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;

XII – propor a criação e gerenciar as unidades de conservação, implementando os planos de manejo;

XIII – recomendar ao CODEMA normas, critérios, parâmetros, padrões, limites, índices e métodos para o uso dos recursos ambientais do Município;

XIV - licenciar a localização, a instalação, a operação e a ampliação das obras e atividades consideradas efetiva ou potencialmente polidoras ou degradadoras do meio ambiente;

XV - desenvolver com a participação dos órgãos e entidades do SIMMA, o zoneamento ambiental;

XVI – fixar diretrizes ambientais para elaboração de projetos de parcelamento do solo urbano, bem como para a instalação de atividades e empreendimentos no âmbito da coleta e disposição dos resíduos;

XVII - coordenar os programas para cobertura vegetal urbana e promover sua avaliação e adequação;

XVIII - promover as medidas administrativas e requerer as medidas judiciais cabíveis para coibir, punir e responsabilizar os agentes poluidores e degradadores do meio ambiente;

XIX - atuar, em caráter permanente, na recuperação de áreas e recursos ambientais poluídos ou degradados;

XX - fiscalizar as atividades produtivas e comerciais de prestação de serviços e o uso de recursos ambientais pelo Poder Público e por particulares;

XXI – exercer o poder de polícia administrativa para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos, em benefício da preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

XXII – determinar a realização de estudos prévios de impacto ambiental;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

XXIII - dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao CODEMA;

XXIV - dar apoio técnico e administrativo ao Ministério Público, nas suas ações institucionais em defesa do Meio Ambiente;

XXV – Contratar profissionais ou empresa especializada em elaboração de projetos ambientais;

XXVI - executar outras atividades correlatas atribuídas pela administração.

XXVII – Cumprir e fazer cumprir o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.

### **Capítulo III**

#### **Do Órgão Colegiado**

Art. 10 - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA – é o órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo do Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMA.

Art. 11 – São atribuições do CODEMA:

I - definir a política ambiental do Município, aprovar o plano de ação do DEMA e acompanhar sua execução;

II - aprovar as normas, critérios, parâmetros, padrões e índices de qualidade ambiental, bem como métodos para o uso dos recursos ambientais do Município, observadas as legislações estadual e federal;

III - aprovar os métodos e padrões de monitoramento ambiental desenvolvidos pelo Poder Público e por particulares;

IV - acompanhar os processos de licenciamento ambiental do Município;

V - analisar a proposta de projeto de lei de relevância ambiental de iniciativa do Poder Executivo, antes de ser submetida a deliberação da Câmara Municipal;

VI, - acompanhar a análise e decidir sobre os Estudos Prévios de Impactos Ambientais - EPIA – e sobre os Relatórios de Impactos Ambientais - RIMA;

VII - apreciar, quando solicitado, os termos de referencia para a elaboração dos EPIA e RIMA e decidir sobre a conveniência de audiência pública;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

VIII - estabelecer critérios básicos e fundamentados para a elaboração do zoneamento ambiental, podendo referendar ou não a proposta encaminhada pelo órgão ambiental municipal competente;

IX - examinar matéria em tramitação na Administração Pública Municipal, que envolva questão ambiental, a pedido do Poder Executivo, de qualquer órgão ou entidade do SIMMA, ou por solicitação da maioria de seus membros;

X - apresentar sugestões para a reformulação do Plano Diretor de Lajinha no que concerne as questões ambientais;

XI - propor a criação de Unidades de Conservação;

XII - propor e incentivar ações de caráter educativo, para a formação da consciência pública, visando a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente;

XIII - fixar as diretrizes de gestão do FUMMA;

XIV -, decidir em última instância administrativa sobre recursos relacionados a atos e penalidades aplicadas pelo DEMA;

XV - acompanhar e apreciar, quando solicitado, os licenciamentos ambientais.

Art. 12 - As sessões plenárias do CODEMA serão sempre públicas, permitida a manifestação oral de representantes de órgãos, entidades e empresas ou autoridades, quando convidados pelo presidente ou pela maioria dos conselheiros.

§ 1º - As reuniões do CODEMA serão convocadas pelo presidente, por sua iniciativa, ou para atender pedido de convocação requerido por, pelo menos, a metade de seis membros.

§ 2º - O quorum das Reuniões Plenárias do CODEMA será de 1/3 (um terço) de seus membros para abertura das sessões e de maioria simples para deliberações.

Art. 13 - O CODEMA terá a seguinte composição:

I - o Secretário Municipal de Meio Ambiente;

II - o Chefe do Departamento de Meio Ambiente;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

III - o Secretário Municipal de Educação;

IV - o Secretário Municipal de Saúde;

V - o Secretário de Obras e Serviços Públicos;

VI - o Procurador Geral do Município;

VII - um representante da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal;

VIII - um representante da Companhia fornecedora de Energia elétrica ao Município;

IX - um representante das Escolas Estaduais de Ensino Médio do Município;

X - um representante do SAAE.

XI - um representante das organizações populares e comunitárias sediadas no Município;

XII – um representante da Loja Maçônica Arte e Virtude;

XIII - um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Lajinha.

§ 1º - O CODEMA será presidido pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e, na sua ausência, pelo Chefe do Departamento de Meio Ambiente ou Secretário Municipal de Educação e Cultura.

§ 2º - O presidente exercerá seu direito de voto, em caso de empate.

§ 3º - Os representantes das entidades não-governamentais, sediadas no Município e legalmente constituídas, deverão ser escolhidos em assembléia geral por estas normalmente realizadas.

§ 4º - Os membros do CODEMA e seus respectivos suplentes serão indicados pelas entidades nele representadas e designadas por ato do Prefeito Municipal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 5º - O mandato para membro do CODEMA será gratuito e considerado Serviço relevante para o Município.

Art. 14 – O CODEMA poderá dispor de câmaras especializadas como órgãos de apoio técnico as suas ações consultivas, deliberativas e normativas, estabelecidas em assembleia.

Art. 15 - O CODEMA manterá intercâmbio com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais.

Art. 16 – O CODEMA, a partir de informação ou notificação de medida ou ação causadora de impacto ambiental, diligenciará para que o órgão competente providencie sua apuração e determine as providências cabíveis.

Art. 17 - A estrutura necessária ao funcionamento do CODEMA será de responsabilidade do DEMA.

Art. 18 - Os atos do CODEMA são de domínio público e serão amplamente divulgados pelo DEMA.

### **Capítulo IV**

#### **Das Entidades Não Governamentais**

Art. 19 - As entidades não-governamentais - ONGs, são instituições da sociedade civil organizada que tem entre seus objetivos a atuação na área ambiental.

Parágrafo Único - Para representatividade no CODEMA a entidade deverá existir legalmente há, pelo menos, seis meses.

### **Capítulo V**

#### **Das Secretarias Afins**

Art. 20 - As secretarias afins são aquelas que desenvolvem atividades que interferem direta ou indiretamente sobre a área ambiental.

Parágrafo Único - Para representatividade no CODEMA, a secretaria deverá estar funcionando há, pelo menos, seis meses.



## **Título IV**

### **Dos Instrumentos**

#### **Capítulo I**

##### **Das Normas Gerais**

Art. 21 - Cabe ao Município a implementação dos instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente, para a perfeita consecução dos objetivos definidos no Título II, capítulo II deste Código.

*Art. 22 - Constituem instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:*

I – os parâmetros, padrões e índices de qualidade;

II – o zoneamento ambiental;

III - os espaços territoriais especialmente protegidos;

IV - a avaliação de impacto ambiental;

V - o licenciamento ambiental;

VI - a auditoria ambiental;

VII - o monitoramento ambiental;

VIII - o Sistema Municipal de Informações e Cadastro Ambiental;

IX - o Fundo Municipal para o Meio Ambiente;

X - programa para Cobertura Vegetal Urbana;

XI - a educação ambiental;

XII - os benefícios e incentivos para preservação e conservação dos recursos ambientais;

XIII - a fiscalização ambiental.

#### **Capítulo II**

##### **Dos Parâmetros, Padrões e índices de Qualidade**



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 23 - Os padrões de qualidade ambiental são os valores de concentrações máximas toleráveis no ambiente para cada poluente, de modo a resguardar a saúde humana, a fauna, a flora, as atividades econômicas e o meio ambiente em geral.

§ 1º - Os padrões de qualidade ambiental deverão ser expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas de poluentes suportáveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de autodepuração do corpo receptor.

§ 2º - Os padrões de qualidade ambiental incluirão, entre outros, a qualidade do ar, das águas, do solo, da paisagem e a emissão de ruídos.

Art. 24 - Padrão de emissão é o limite máximo estabelecido para lançamento de poluente por fonte emissora que, ultrapassado, poderá afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à fauna, à flora, às atividades econômicas e ao meio ambiente em geral.

Art. 25 - Os padrões e parâmetros de emissão e de qualidade ambiental são aqueles estabelecidos pelos Poderes Públicos Estadual e Federal, podendo o CODEMA estabelecer padrões mais restritos ou acrescentar padrões para parâmetros não fixados pelos órgãos estadual e federal, fundamentados em parecer consubstanciado, encaminhado pelo DEMA.

### Capítulo III

#### Do Zoneamento Ambiental

Art. 26 - O zoneamento ambiental consiste na definição de áreas do território do Município, de modo a regular atividades bem como definir ações para a proteção e melhoria da qualidade do ambiente, considerando as características ou atributos das áreas.

Parágrafo Único - O zoneamento ambiental será definido por lei e incorporado ao Plano Diretor, no que couber, podendo o Poder Executivo alterar os seus limites, ouvido o CODEMA e o Conselho Municipal de Planejamento - COMPLAN.

Art. 27 - As zonas ambientais do Município são:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I - Zonas de Unidades de Conservação - ZUC: áreas sob regulamento das diversas categorias de manejo;

II - Zonas de proteção Ambiental - ZPA: áreas protegidas por instrumentos legais diversos, devido à existência de remanescentes de mata nativa e ambientes associados e de susceptibilidade do meio à riscos relevantes;

III - Zonas de proteção Paisagística – ZPP: áreas de proteção de paisagem com características excepcionais de qualidade e fragilidade visual;

IV - Zona de Recuperação Ambiental - ZRA: áreas em estágio significativo de degradação, onde é exercida a proteção temporária e desenvolvidas ações visando à recuperação induzida ou natural do ambiente, com o objetivo de integrá-la à zona de proteção ambiental (ZPA) ;

V - Zona de Controle Especial - ZCE: demais áreas do Município submetidas à normas próprias de controle e monitoramento ambiental, em função de suas características peculiares.

### Capítulo IV

#### Dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

Art. 28 - Os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, sujeitos à regime jurídico especial, são os definidos neste capítulo, cabendo ao Município sua delimitação, quando não definidos em lei.

Art. 29 - São Espaços Territoriais Especialmente Protegidos:

I - as áreas de Preservação Permanente, definidas em dispositivos legais superiores ou regulamentadas em lei municipal;

II - as Unidades de Conservação - UCs, definidas em dispositivos legais superiores ou regulamentadas em lei municipal;

III - as áreas verdes publicas e particulares, com vegetação relevante, nativa ou plantada, reconhecidas e regulamentadas por ato do Poder Publico Municipal;

IV – os morros e montes, principalmente os que apresentem solos erodíveis

(cambissolos), reconhecidos e regulamentados por ato do Poder Público Municipal;

V - as áreas de mananciais bem como os corpos d'água superficiais ou subterrâneos,

reconhecidos e regulamentados por ato do Poder Publico Municipal.



## Capítulo V

### Da Avaliação Dos Impactos Ambientais

Art. 30 - Considera-se Impacto Ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade e quantidade dos recursos ambientais;

VI - os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Art. 31 - A Avaliação de Impacto Ambiental é resultante do conjunto de instrumentos e procedimentos a disposição do Poder Público Municipal, que possibilita a análise e interpretação de impactos sobre a saúde, o bem-estar da população, a economia e o equilíbrio ambiental, originados de empreendimentos propostos, compreendendo:

I - a consideração da variável ambiental nas políticas, planos, programas ou projetos que possam resultar em impacto referido no caput;

II - a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA, e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a implantação de empreendimentos ou atividades, na forma da lei.

Parágrafo Único - A variável ambiental deves incorporar o processo de planejamento das políticas, planos, programas e projetos como instrumento decisório do órgão ou entidade competente.

Art. 32- É de competência do DEMA a exigência do EPIA/RIMA para o licenciamento de atividade potencial ou efetivamente degradadora do meio ambiente no município, bem como sua deliberação final.

§ 1º - O EPIA/RIMA poderá ser exigido na ampliação da atividade mesmo quando o empreendimento já estiver sido aprovado sob o aspecto ambiental.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 2º - Caso haja necessidade de inclusão de pontos adicionais ao termo de referência, tais inclusões deverão estar fundamentadas em exigência legal ou, em sua inexistência, em parecer técnico consubstanciado, emitido pelo DEMA.

§ 3º - O DEMA deve manifestar-se conclusivamente no âmbito de sua competência sobre o EPIA/RIMA, em até 180 dias a contar da data do recebimento, excluídos os períodos dedicados a prestação de informações complementares.

§ 4º - Caso o DEMA não se manifeste no período previsto e o EPIA/RIMA seja aprovado por decurso de prazo, o Chefe do Departamento de Meio Ambiente será penalizado com, as custas de todo o dano ao meio ambiente decorrente deste ato.

Art. 33 - O EPIA/RIMA, além de observar os demais dispositivos deste Código, obedecerá as seguintes diretrizes gerais:

I - contemplar todas as alternativas tecnológicas apropriadas e alternativas de localização do empreendimento, confrontando-as com a hipótese de não execução do mesmo;

II - definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos;

III - realizar o diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento, com completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da região, antes da implantação do empreendimento;

IV - identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais que serão gerados pelo empreendimento nas suas fases de planejamento, pesquisa, instalação, operação ou utilização de recursos ambientais;

V - considerar os planos e programas governamentais existentes e a implantação na área de influência do empreendimento e a sua compatibilidade;

VI - definir medidas mitigadoras para os impactos negativos bem como medidas potencializadoras dos impactos positivos decorrentes do empreendimento;

VII - elaborar programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando a frequência, os fatores e os parâmetros a serem considerados, que devem ser mensuráveis e ter interpretações inequívocas.

Art. 34 - O DEMA deverá elaborar ou avaliar os termos de referência, em observância com as características do empreendimento e do meio ambiente a ser afetado, cujas instruções orientarão a elaboração do EPIA/RIMA, contendo prazos, normas e procedimentos a serem adotados.

Art. 35 - O diagnóstico ambiental, assim como a análise dos impactos ambientais, deverão considerar o meio ambiente da seguinte forma:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I - meio físico: o solo, o subsolo, as águas, o ar e o clima, com destaque para os recursos minerais, a topografia, a paisagem, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime

hidrológico e as correntes atmosféricas;

II - meio biótico: a flora, a fauna e os microrganismos com destaque para as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção, em extinção e os ecossistemas naturais;

III – meio antrópico: o uso e ocupação do solo, o uso da água e a sócio-economia, com destaque para os sítios e monumentos arqueológicos, históricos, culturais e ambientais e o potencial utilização futura desses recursos.

Parágrafo Único - No diagnóstico ambiental, os fatores ambientais devem ser analisados de forma integrada mostrando a interação entre eles e a sua interdependência.

Art. 36 - O EPIA será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente, sendo aquela responsável legal e tecnicamente pelos resultados apresentados.

Parágrafo Único - O CODEMA poderá, em qualquer fase de elaboração ou apreciação do EPIA/RIMA, mediante voto fundamentado aprovado pela maioria absoluta de seus membros, declarar a inidoneidade da equipe multidisciplinar ou de técnico componente, recusando, se for o caso, os levantamentos ou conclusões de sua autoria.

Art. 37 - O RIMA refletirá as conclusões do EPIA de forma objetiva e adequada à sua ampla divulgação, sem omissão de qualquer elemento importante para a compreensão da atividade e contera, no mínimo:

I - os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - a descrição do projeto de viabilidade (ou básico) e suas alternativas tecnológicas e locais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação, a área de influência, as matérias-primas, a mão-de-obra, as fontes de energia, demanda de água, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos e perdas de energia, e os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - a síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambientais da área de influência do projeto;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

IV - a descrição dos prováveis impactos ambientais resultantes da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos, indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influencia, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como a hipótese de sua não realização;

VI - a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras, previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados e o grau de alteração esperado;

VII – a descrição do efeito esperado das medidas potencializadoras, previstas em relação aos impactos positivos;

VIII - o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

IX - a recomendação quanto a alternativa mais favorável, conclusões e comentários de ordem geral.

§ 1º - RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão, e as informações nele contidas devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas e demais técnicas de comunicação visual, de modo que a comunidade possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

§2º - O RIMA, relativo a projetos de grande porte, conterà obrigatoriamente:

I - a relação, quantificação e especificação de equipamentos sociais e comunitários e de infra-estrutura básica para o atendimento das necessidades da população, decorrentes das fases de implantação, operação ou expansão do projeto;

II - as fontes dos recursos necessários a construção e manutenção dos equipamentos

sociais e comunitários e a infra-estrutura.

Art. 38 - O DEMA, ao determinar a elaboração do EPIA e a apresentação do RIMA, por sua iniciativa ou quando solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 (cinquenta) ou mais municípios, dentro de prazos fixados em lei, promoverá a realização de Audiência Pública para manifestação da população sobre o projeto e seus impactos ambientais.

§1º – O DEMA procederá a ampla publicação de edital, dando conhecimento e esclarecimento à população da importância do RIMA e os locais e períodos onde estará à disposição para conhecimento, inclusive durante o período de análise técnica.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 2º - A realização da Audiência pública deverá ser esclarecida e amplamente divulgada pelo DEMA e pelo empreendedor, com antecedência necessária a sua realização em local conhecido e acessível.

Art. 39 – A relação dos empreendimentos ou atividades que estarão sujeitas a elaboração do EPIA e respectivo RIMA, será definida por ato do Poder Executivo, ouvido o CODEMA.

### CAPITULO VI

#### DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 40 - A execução de planos, programas e obras, a localização, a instalação, a operação e a ampliação de atividades e o uso e a exploração de recursos ambientais de qualquer espécie, de iniciativa privada ou do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou capazes, de qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento municipal, com anuência do DEMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 41 - As licenças de qualquer espécie, de origem federal ou estadual, não excluem a necessidade de licenciamento pelo órgão competente do SIMMA, nos termos deste Código.

Art. 42 - O DEMA expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Municipal de Localização - LML;

II – Licença Municipal de Instalação - LMI;

III – Licença Municipal de Operação - LMO;

IV - Licença Municipal de Ampliação - LMA.

Art. 43 - A Licença Municipal de Localização - LML, será requerida pelo proponente do empreendimento ou atividade, para verificação de adequação aos critérios do zoneamento ambiental.

Parágrafo Único - Para ser concedida a Licença Municipal de Localização, o CODEMA poderá determinar a elaboração de EPIA/RIMA, nos termos deste Código e sua regulamentação.

Art. 44 - A Licença Municipal de Instalação – LMI, a Licença Municipal de Operação - LMO e a Licença Municipal de Ampliação - LMA, serão requeridas mediante apresentação do projeto competente e do EPIA/RIMA, quando exigido.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Parágrafo Único - O DEMA definirá elementos necessários a caracterização do projeto e aqueles constantes das licenças através de regulamento.

Art. 45 - A LMI conterá o cronograma aprovado pelo órgão do SIMMA para implantação dos equipamentos e sistemas de controle, monitoramento, mitigação ou reparação de danos ambientais.

Art. 46 – A LMO será concedida após concluída a Instalação, verificada a adequação da obra e o cumprimento de todas as condições previstas na LMI.

Art. 47 - O início de Instalação, Operação ou Ampliação de obra ou atividade sujeita ao licenciamento ambiental sem a expedição da Licença respectiva implicará na aplicação das penalidades administrativas previstas neste Código e a adoção das medidas judiciais cabíveis, sob pena de responsabilização funcional do órgão fiscalizador do SIMMA.

Art. 48 – A revisão da LMO, independentemente do prazo de validade, ocorrerá sempre que:

I - a atividade colocar em risco a saúde ou a segurança da população, para além daquele normalmente considerado quando do licenciamento;

II - a continuidade da Operação comprometer de maneira irremediável recursos ambientais não inerentes à própria atividade;

III – ocorrer descumprimento às condicionantes do licenciamento.

Art. 49 - A renovação da LMO deverá considerar as modificações no zoneamento ambiental com o prosseguimento da atividade licenciada e a concessão de prazo para adaptação, realocação ou encerramento da atividade.

Art. 50 - O regulamento estabelecerá prazos para requerimento, publicação, prazo de validade das licenças emitidas e relação de atividades sujeitas ao licenciamento.

## Capítulo VII

### Da Auditoria Ambiental

Art. 51 – Para os efeitos deste Código, denomina-se Auditoria Ambiental o desenvolvimento de um processo documentado de inspeção, análise e avaliação sistemática das condições gerais e específicas de funcionamento de atividades ou desenvolvimento de obras, causadores de impacto ambiental, com o objetivo de:

I - verificar os níveis efetivos ou potenciais de poluição e degradação ambiental provocados pelas atividades ou obras auditadas;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

II - verificar o cumprimento de normas ambientais federais, estaduais e municipais;

III - examinar a política ambiental adotada pelo empreendedor, bem como o atendimento aos padrões legais em vigor, objetivando preservar o meio ambiente e a sadia qualidade de vida;

IV - avaliar os impactos sobre o meio ambiente causados por obras ou atividades auditadas;

V - analisar as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle das fontes poluidoras e degradadoras;

VI - examinar, através de padrões e normas de operação e manutenção, a capacitação dos operadores e a qualidade do desempenho da operação e manutenção dos sistemas, rotinas, instalações e equipamentos de proteção ao meio ambiente;

VII – identificar riscos de prováveis acidentes e de emissões contínuas, que possam afetar, direta ou indiretamente, a saúde da população residente na área de influencia;

VIII – analisar as medidas adotadas para a correção de não conformidades legais detectadas em auditorias ambientais anteriores, tendo como objetivo a preservação do meio ambiente e a sadia qualidade de vida.

§ 1º - Medidas referidas no inciso VIII deste artigo deverão ter o prazo para a sua implantação, a partir da proposta do empreendedor, determinado pelo DEMA, a quem caberá, também, a fiscalização e aprovação.

§ 2º - O não cumprimento das medidas nos prazos estabelecidos na forma do parágrafo primeiro deste artigo, sujeitará a infratora as penalidades administrativas e as medidas judiciais cabíveis.

Art. 52 - O DEMA poderá determinar aos responsáveis pela atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora a realização de auditorias ambientais periódicas ou ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

Parágrafo Único - Nos casos de auditorias periódicas, os procedimentos relacionados a elaboração das diretrizes a que se refere o *caput* deste artigo deverão incluir a consulta aos responsáveis por sua realização e à comunidade afetada, decorrentes do resultado de auditoria anteriores.

Art. 53 - As auditorias ambientais serão realizadas por conta e ônus da empresa a ser auditada, por equipe técnica ou empresa de sua livre escolha, devidamente cadastrada no órgão ambiental municipal e acompanhadas, a critério do DEMA, por servidor público, técnico da área de meio ambiente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 1º - Antes de dar início ao processo de auditoria, a empresa comunicará a SEMMA, a equipe técnica ou empresa contratada que realizará a auditoria.

§ 2º - A omissão ou sonegação de informações relevantes descredenciarão os responsáveis para a realização de novas auditorias, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, sendo o fato comunicado ao Ministério Público para as medidas judiciais cabíveis.

Art. 54 - Deverão, obrigatoriamente, realizar auditorias ambientais periódicas, as atividades de elevado potencial poluidor e degradador, entre os quais:

I - as atividades extrativistas de recursos naturais;

II - as instalações destinadas a estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;

III - as instalações de processamento e de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;

IV - as instalações industriais, comerciais ou recreativas, cujas atividades gerem poluentes em desacordo com critérios, diretrizes e padrões normatizados.

§ 1º - Para os casos previstos neste artigo, o intervalo máximo entre as auditorias ambientais periódicas será de 02 (dois) anos.

§ 2º - Sempre que constatadas infrações aos regulamentos federais, estaduais e municipais de proteção ao meio ambiente, deverão ser realizadas auditorias periódicas sobre os aspectos a eles relacionados, até a correção das irregularidades, independentemente de aplicação de penalidade administrativa e da provocação de ação civil pública.

Art. 55 - O não atendimento da realização da auditoria nos prazos e condições determinados, sujeitará a infratora à pena pecuniária, sendo essa, nunca inferior ao custo da auditoria, que será promovida por equipe técnica designada pelo DEMA, independentemente de aplicação de outras penalidades legais previstas.

Art. 56 - Todos os documentos decorrentes das auditorias ambientais, ressalvados aqueles que contenham matéria de sigilo industrial, conforme definido pelos empreendedores, serão acessíveis a consulta pública dos interessados, nas dependências do DEMA, independentemente do recolhimento de taxas ou emolumentos.

## Capítulo VIII

### Do Monitoramento Ambiental

Art. 57 - O monitoramento ambiental consiste no acompanhamento da qualidade e disponibilidade dos recursos ambientais, com o objetivo de:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- I - aferir o atendimento aos padrões de qualidade ambiental e aos padrões de emissão;
- II - controlar o uso e a exploração de recursos ambientais;
- III - avaliar os efeitos de planos, políticas e programas de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico e social;
- IV – acompanhar o estágio populacional de espécies da flora e fauna, especialmente as ameaçadas de extinção e em extinção;
- V - subsidiar medidas preventivas e ações emergenciais em casos de acidentes ou episódios críticos de poluição;
- VI – acompanhar e avaliar a recuperação de ecossistemas ou áreas degradadas;
- VII - subsidiar a tomada de decisão quanto a necessidade de auditoria ambiental.

### **Capítulo IX**

#### **Do Sistema Municipal de Informações e Cadastro**

Art. 58 - O Sistema Municipal de Informações e Cadastros Ambientais – SMICA, bem como o banco de dados de interesse do SIMMA, será organizado, mantido e atualizado sob responsabilidade do DEMA para utilização pelo Poder Público e pela sociedade.

Art. 59 - São objetivos do SMICA, entre outros:

- I – coletar e sistematizar dados e Informações de interesse ambiental;
- II - coligir de forma ordenada, sistêmica e interativa os registros e as informações dos órgãos, entidades e empresas de interesse para o SIMMA;
- III – atuar como instrumento regulador dos registros necessários às diversas necessidades do SIMMA;
- IV – recolher e organizar dados e informações de origem multidisciplinar de interesse ambiental, para uso do Poder Público e da sociedade;
- V - articular-se com os sistemas congêneres.

Art. 60 – O SMICA será organizado e administrado pelo DEMA que proverá os recursos orçamentarias, materiais e humanos necessários.

Art. 61 - O SMICA conterà utilidades específicas para:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- I - registro de entidades ambientalistas com ação no Município;
  - II - registro de entidades populares com jurisdição no Município, que incluam, entre seus objetivos, a ação ambiental;
  - III - cadastro de órgãos e entidades jurídicas, inclusive de caráter privado, com sede no Município ou não, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;
  - IV - registro de empresas e atividades cuja ação, de repercussão no Município, comporte risco efetivo ou potencial para o meio ambiente;
  - V - cadastro de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem a prestação de serviços de consultoria sobre questões ambientais, bem como a elaboração de projetos na área ambiental;
  - VI – cadastro de pessoas físicas ou jurídicas que cometeram infrações as normas ambientais incluindo as penalidades a elas aplicadas;
  - VII – organização de dados e informações técnicas, bibliográficas, literárias, jornalísticas e outras de relevância para os objetivos do SIMMA;
  - VIII - cadastro para diagnósticos e manejos da cobertura vegetal urbana e do Município;
  - IX – outras informações de caráter permanente ou temporário.
- Parágrafo Único - O DEMA fornecera certidões, relatório ou copia dos dados e proporcionara consulta as informações de que dispõe, observados os direitos individuais e o sigilo industrial.

### Capítulo X

#### Do Fundo Municipal para o Meio Ambiente

Art. 62 - O Município, mediante lei, instituirá o Fundo Municipal para o Meio Ambiente - FUMMA, normatizando as diretrizes de administração do Fundo.

Art. 63 - Os recursos para o FUMMA serão provenientes de:

- I - impostos sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS ecológico;
- II – taxas e emolumentos relativos ao meio ambiente;
- III – multas recolhidas de infrações relativas ao meio ambiente;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

IV – doações específicas para a questão ambiental.

§ 1º - Os recursos referidos nos incisos de I a IV deste artigo só poderão ser aplicados para o meio ambiente.

§ 2º – Doações referidas no inciso IV, realizadas por empresas que estejam com processos relativos a questão ambiental serão recusadas.

### Capítulo XI

#### Da Cobertura Vegetal Urbana

Art. 64 - Entende-se como cobertura vegetal urbana a toda forma de vegetação existente no tecido urbano e periurbano, com enfoque principal para as seguintes situações:

I – árvores isoladas situadas nos espaços públicos;

II – árvores isoladas situadas nos espaços privados;

III - agrupamentos de árvores que formem bosques de qualquer tipo, situados nos espaços públicos;

IV - agrupamentos de árvores que formem bosques de qualquer tipo, situados nos espaços privados;

V - praças públicas ou privadas, quaisquer que sejam sua cobertura vegetal;

VI – parques públicos ou privados, quaisquer que sejam sua cobertura vegetal;

VII - demais tipos de vegetação que tenham função estética ou ecológica no tecido urbano ou periurbano.

Art. 65 - O CODEMA definirá as atribuições para execução, acompanhamento, fiscalização e infrações relativas a cobertura vegetal urbana do Município de Lajinha, além do previsto neste Código.

Art. 66 – O DEMA promoverá a adequação da vegetação dos espaços públicos já existentes, segundo o artigo 64, conforme planejamento técnico a ser requerido a especialistas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 67 – Os novos programas para cobertura vegetal dos espaços públicos deverão ocorrer com planejamentos específicos de implantação e manutenção elaborados por especialistas.

§ 1º - Toda nova construção só terá seu habite-se mediante o plantio de árvores na calçada, caso seja possível, com espécie e condição de plantio ditados pelo DEMA.

§ 2º- O DEMA promoverá o cadastramento atualizado da cobertura vegetal pública e privada existentes e de interesse, utilizando-se da estrutura do SMICA.

Art. 68 - Os planos para a adequação das árvores já existentes bem como para novos plantios deverão ser apreciados pelo CODEMA..

Art. 69 - A remoção de qualquer árvore no âmbito municipal deverá ter a autorização do CODEMA, o qual estabelecerá a devida reposição levando em consideração o valor do indivíduo removido.

Art. 70 – No caso de árvores removidas sem autorização ou danificadas por evidente culpabilidade, o culpado pagará ao Município, o valor definido pelo CODEMA, com base na seguinte progressão:

I – custo atual de implantação, acrescido de 10 (dez) URM (Unidade de Referência Municipal) por ano de idade do indivíduo removido ou danificado, para árvores comuns na arborização do Município;

II – custo atual de implantação, acrescido de 20 (vinte) URM (Unidade de Referência Municipal) por ano de idade do indivíduo removido ou danificado para árvores raras na arborização do Município;

§ 1º - Considera-se árvore comum na arborização do Município, o indivíduo que pertencer a espécie que tiver frequência relativa superior a 5% (cinco por cento) do total de indivíduos, segundo o inventário mais recente.

§ 2º - Considera-se árvore rara na arborização do Município o indivíduo que pertencer a espécie que tiver frequência relativa inferior a 5% (cinco por cento) do total de indivíduos, segundo o inventário mais recente.

§ 3º - O CODEMA poderá exigir um inventário para essa finalidade caso julgue que os dados estejam desatualizados.

§ 4º - As penas estabelecidas neste artigo serão cobradas sem prejuízo de outras estabelecidas em leis superiores ou complementares.

Art. 71 - O DEMA estabelecerá um plano de implantação e manejo para praças e demais espaços públicos e privados com cobertura vegetal, levando em conta o zoneamento e os



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

índices de qualidade de vida setoriais.

§ Único - Os projetos deverão ser executados por especialistas levando-se em conta as necessidades da população local e não os aspectos meramente estéticos.

### **Capítulo XII**

#### **Da Educação Ambiental**

Art. 72 - A educação ambiental, em todos os níveis de ensino da rede municipal, e a conscientização pública para a preservação e conservação do meio ambiente, são

instrumentos essenciais e imprescindíveis para a garantia do equilíbrio ecológico e da sadia qualidade de vida da população.

Art. 73 - O Poder Público, na rede escolar municipal e na sociedade, devera:

I - apoiar ações voltadas para a introdução da educação ambiental em todos os níveis de educação formal e não formal;

II - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino da rede municipal;

III – fornecer suporte técnico/conceitual nos projetos ou estudos interdisciplinares das escolas da rede municipal voltados para a questão ambiental;

IV - articular-se com entidades jurídicas e não-governamentais para o desenvolvimento de ações educativas na área ambiental no Município, incluindo a formação e capacitação de recursos humanos;

V - desenvolver ações de educação ambiental junto a população do Município.

### **Capítulo XIII**

#### **Dos Benefícios e Incentivos**

Art. 74 – O Município criará mecanismos de benefícios e incentivos para a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA**

§ 1º – Esses mecanismos deverão ser controlados pelo CODEMA e concedidos conforme planejamento executado pelo DEMA.

§ 2º – Os benefícios e incentivos de que tratam esse artigo não envolverão pagamentos em espécie.

### **Capítulo XIV**

#### **Da Fiscalização Ambiental**

Art. 75 - O Município exercerá fiscalização sobre as questões ambientais segundo esse Código, leis superiores e leis complementares.

§ 1º - Para efeito de fiscalização o CODEMA exercera suas funções consultivas, deliberativas e normativas.

§ 2º - Para efeito de fiscalização o DEMA exercera suas funções de coordenação, controle e execução.

§ 3º - Para efeito de fiscalização o CODEMA e o DEMA se apoiarão nas entidades não governamentais e nas secretarias afins, estabelecidas nos capítulos IV e V do Título III.

### **Livro II**

#### **Parte Específica**

#### **Título I**

#### **Controle Ambiental**

#### **Capítulo I**

#### **Da Exploração Dos Recursos Minerais**

Art. 76 - A extração mineral de pedra, saibro, areia, argila e terra vegetal são reguladas por este capítulo e pela norma ambiental pertinente.

Art. 77 – A exploração de jazidas das substâncias minerais dependerá sempre de EPIA/RIMA para o seu licenciamento.

§ Único - Quando do licenciamento, será obrigatória apresentação de projeto de recuperação da área degradada pelas atividades de lavra.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 78 – O requerimento de licença municipal para a realização de obras, instalação, operação e ampliação de extração de substâncias minerais, será instruído pelas autoridades estaduais e federais.

### **Capítulo I**

#### **Do Transporte de Cargas Perigosas**

Art. 79 - As operações de transporte, manuseio e armazenagem de cargas perigosas, no território do Município, serão reguladas pelas disposições deste Código e da norma ambiental competente, ainda que de nível estadual ou federal.

Art. 80 - São consideradas cargas perigosas, para os efeitos deste Código, aquelas constituídas por produtos ou substâncias efetiva ou potencialmente nocivas a população,

aos bens e ao meio ambiente, assim definidas e classificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e outras que o CODEMA considerar.

Art. 81 - Os veículos, as embalagens e os procedimentos de transporte de cargas perigosas devem seguir as normas pertinentes da ABNT e a legislação em vigor, e encontrar-se em perfeito estado de conservação, manutenção e regularidade e sempre devidamente sinalizados.

Art. 82 - Quando inevitável, o transporte de carga perigosa neste Município, será de autorização expressa do Corpo de Bombeiros, na sua falta pelo Comando do batalhão de Polícia ao qual seja subordinado o Município, e do DEMA, que estabelecerão os critérios especiais de identificação e as medidas de segurança que se fizerem necessárias em função da periculosidade.

### **Capítulo III**

#### **Das Atividades Perigosas**

Art. 83 - É dever do Poder Público controlar e fiscalizar a produção, a estocagem, o transporte, a comercialização e a utilização de substâncias ou produtos perigosos, bem como as técnicas, os métodos e as instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a sadia qualidade de vida e do meio ambiente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 84 - São vedados no Município, entre outros que proibir este Código:

I – o lançamento de esgoto *in natura*, em corpos d'água, estabelecendo-se para este inciso, uma tolerância de 10 anos para que os munícipes se adaptem, às condições estabelecidas;

II - a produção, a distribuição e a venda de aerossóis que contenham clorofluorcarbono;

III - a fabricação, a comercialização, o transporte, o armazenamento e a utilização de armas químicas e biológicas;

IV – a manutenção de materiais explosivos, para uso civil, que não se atenham as normas de segurança;

V - a utilização de metais pesados em quaisquer processos de extração, produção e beneficiamento que possam resultar na contaminação do meio ambiente natural;

VI – a produção, o transporte, a comercialização e o uso de medicamentos, bióxidos, agrotóxicos, produtos químicos ou biológicos cujo emprego seja proibido no território nacional, por razões toxicológicas, farmacológicas ou de degradação ambiental;

VII - a produção ou o uso, o depósito, a comercialização e o transporte de materiais e

equipamentos ou artefatos que façam uso de substâncias radioativas, observadas as outorgações emitidas pelos órgãos competentes e devidamente licenciados e cadastrados pelo SIMMA;

IX - a disposição de resíduos perigosos sem os tratamentos adequados a sua especificidade.

### Capítulo IV

#### Da Qualidade Ambiental e do controle da Poluição

Art. 85 - A qualidade ambiental será determinada nos termos dos artigos 23, 24 e 25 deste Código.

Art. 86 – É vedado o lançamento ou a liberação nas águas, no ar ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, que cause comprovada poluição ou degradação ambiental, ou acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

Art. 87 – Sujeitam-se ao disposto neste Código todas as atividades, empreendimentos, processos, operações, dispositivos móveis ou imóveis, meios de transportes, que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar poluição ou degradação do meio ambiente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 88 - O Poder Executivo, através do DEMA, tem o dever de determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ou degradação do meio ambiente ou impedir sua continuidade, em casos de grave ou iminente risco para a saúde pública e o meio ambiente, observada a legislação vigente.

Parágrafo Único - Em caso de episódio crítico e durante o período em que estiver em curso poderá ser determinada a redução ou paralisação de quaisquer atividades nas áreas abrangidas pela ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 89 – O DEMA é o órgão competente do Poder Executivo Municipal para o exercício do poder de polícia nos termos e para os efeitos deste Código, cabendo-lhe, dentre outras:

I – estabelecer exigências técnicas relativas a cada estabelecimento ou atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora;

II - fiscalizar o atendimento às disposições deste Código, seus regulamentos e demais normas dele decorrentes, especialmente as resoluções do CODEMA;

III - estabelecer penalidades pelas infrações às normas ambientais;

IV - dimensionar e quantificar o dano visando a responsabilizar o agente poluidor ou degradador.

Art. 90 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as empresas e entidades públicas da administração indireta, cujas atividades sejam potencial ou efetivamente poluidoras ou degradadoras, ficam obrigadas ao cadastro no SMICA.

Art. 91 – Não será permitida a implantação, ampliação ou renovação de quaisquer licenças ou alvarás municipais de instalação ou atividades em débito com o Município, em decorrência da aplicação de penalidades por infrações a legislação ambiental.

Art. 92 - As revisões periódicas dos critérios e padrões de lançamentos de efluentes, poderão conter novos padrões, bem como substâncias ou parâmetros não incluídos anteriormente no ato normativo.

### **Seção I**

#### **Do Ar**



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 93 – Na implementação da Política Municipal de Controle da poluição Atmosférica, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - exigência da adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

II – melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;

III - implantação de procedimentos operacionais adequados, incluindo a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;

IV - adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes por parte das empresas responsáveis, sem prejuízo das atribuições de fiscalização do DEMA;

V - integração dos equipamentos de monitoramento da qualidade do ar, numa única rede, de forma a manter um sistema adequado de informações;

VI – proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados;

VII – seleção de áreas mais propícias a dispersão atmosférica para a implantação de fontes de emissão, quando do processo de licenciamento, e a manutenção de distâncias mínimas em relação a outras instalações urbanas, em particular hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas.

Art. 94 – Deverão ser respeitados, entre outros, os seguintes procedimentos gerais para o controle de emissão de material particulado:

I – na estocagem a céu aberto de materiais que possam gerar emissão por transporte eólico:

a) disposição das pilhas feita de modo a tornar mínimo o arraste eólico;

b) umidade mínima da superfície das pilhas, ou cobertura das superfícies por materiais ou substâncias selantes ou outras técnicas comprovadas que impeçam a emissão visível de poeira por arraste eólico;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

c) a arborização das áreas circunvizinhas compatível com a altura das pilhas, de modo a reduzir a velocidade dos ventos incidentes sobre as mesmas;

II – as vias de tráfego interno das instalações comerciais e industriais deverão ser pavimentadas, ou lavadas, ou umectadas com a frequência necessária para evitar acúmulo de partículas sujeitas a arraste eólico;

III - as áreas adjacentes às fontes de emissão de poluentes atmosféricos, quando descampadas, deverão ser objeto de programa de reflorestamento e arborização, por espécies e manejos adequados;

IV - sempre que tecnicamente possível, os locais de estocagem e transferência de materiais que possam estar sujeitos ao arraste pela ação dos ventos, deverão ser mantidos sob cobertura, ou enclausurados ou outras técnicas comprovadas;

V - as chaminés, equipamentos de controle de poluição do ar e outras instalações que se constituam em fontes de emissão, efetivas ou potenciais, deverão ser construídas ou adaptadas para permitir o acesso de técnicos encarregados de avaliações relacionadas ao controle da poluição.

Art. 95 - Ficam vedadas:

I - a queima ao ar livre de materiais que comprometam de alguma forma o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida;

II - a emissão de fumaça preta acima de 20% (vinte por cento) da Escala Ringelman, em qualquer tipo de processo de combustão, exceto durante os 2 (dois) primeiros minutos de operação, para os veículos automotores, e até 5 (cinco) minutos de operação para outros equipamentos;

III - a emissão de odores que possam criar incômodos à população;

IV - a emissão visível de poeiras, névoas e gases, excetuando-se o vapor d'água, em qualquer operação de britagem, moagem e estocagem;

V - a emissão de substâncias tóxicas, conforme enunciado em legislação específica;

VI - a transferência de materiais que possam provocar emissões de poluentes atmosféricos acima dos padrões estabelecidos pela legislação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Parágrafo Único - O período de 5 (cinco) minutos referidos no inciso II, poderá ser ampliado até o máximo de 10 (dez) minutos, nos casos de justificada limitação tecnológica dos equipamentos.

Art. 96 – As fontes de emissão deverão, a critério técnico fundamentado do DEMA, apresentar relatórios periódicos de medição, com intervalos não superiores a 1 (um) ano, dos quais deverão constar os resultados dos diversos parâmetros ambientais, a descrição da manutenção dos equipamentos, bem como a representatividade destes parâmetros em relação aos níveis de produção.

Parágrafo Único - Deverão ser utilizadas metodologias de coleta e análise estabelecidas pela ABNT ou pelo DEMA, homologadas pelo CODEMA.

Art. 97 - São vedadas a instalação e ampliação de atividades que não atendam as normas, critérios, diretrizes e padrões estabelecidos por esta lei.

§ 1º - Todas as fontes de emissão existentes no Município deverão se adequar ao disposto neste Código, nos prazos estabelecidos pelo DEMA, não podendo exceder o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da vigência desta lei.

§ 2º - O DEMA poderá reduzir este prazo nos casos em que os níveis de emissão ou os incômodos causados à população sejam significativos.

§ 3º - O DEMA poderá ampliar os prazos por motivos que não dependem dos interessados desde que devidamente justificado.

Art. 98 – O DEMA, baseado em parecer técnico, procederá à elaboração periódica de proposta de revisão dos limites de emissão previstos neste Código, sujeito à apreciação do CODEMA, de forma a incluir outras substâncias e adequá-los aos avanços das tecnologias de processo industrial e controle da poluição.

## Seção II

### Da Água

Art. 99 - A Política Municipal de Controle de Poluição e Manejo dos Recursos Hídricos objetiva:

I - proteger a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população;

II - proteger e recuperar os ecossistemas aquáticos, com especial atenção para as áreas de nascentes e outras relevantes para a manutenção dos ciclos biológicos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

III - reduzir, progressivamente, a toxidade e as quantidades dos poluentes lançados nos corpos d'água;

IV - compatibilizar e controlar os usos efetivos e potenciais da água, tanto qualitativa quanto quantitativamente;

V - controlar os processos erosivos que resultem no transporte de sólidos, no assoreamento dos corpos d'água e da rede publica de drenagem;

VI - assegurar o acesso e o uso público as águas superficiais, exceto em áreas de nascentes e outras de preservação permanente, quando expressamente disposto em norma específica;

VII - o adequado tratamento dos efluentes líquidos, visando preservar a qualidade dos recursos hídricos.

Parágrafo Único - Só serão permitidas as plantas ditas freatófitas em quantidades controladas para os casos específicos de abrigo de fauna e para manutenção da biodiversidade, conforme instruções do CODEMA.

Art. 100 - O Município incentivara, sob forma de pagamento, o zelo de todo proprietário rural que tiver em sua propriedade, uma ou mais nascentes que estejam produzindo água para consumo humano.

§ 1º - O proprietário será remunerado segundo medições de vazão realizadas na divisa de sua propriedade, tomando-se como base a média entre os meses mais secos, com medidas tomadas em dias sem chuva.

§ 2º - Para recebimento do incentivo, o DEMA fará controle periódico da qualidade da água, conforme índices estipulados pela OMS (Organização Mundial da saúde).

§ 3º - O DEMA fará o controle mensal de quantidade e qualidade através do SMICA para fins de remuneração.

Art. 101 - Os recursos para esse incentivo serão provenientes de:

I - porcentagem sobre a conta de água para consumo doméstico;

II - taxa calculada sobre a área irrigada para o consumo agrícola;

III - taxa calculada sobre o plantel de animais para o consumo pecuário.

§ 1º - O DEMA estabelecerá os valores e as condições de medição segundo consulta a especialistas e aprovação pelo CODEMA.

§ 2º - O valor total arrecadado será rateado proporcionalmente ao volume produzido em cada propriedade.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 102 - A ligação de esgoto sem tratamento adequado a rede de drenagem pluvial equivale a transgressão do inciso I, do art. 99, deste Código.

Art. 103 – Toda edificação fica obrigada a ligar o esgoto doméstico, no sistema público de esgotamento sanitário, quando da sua existência.

Art. 104 – As diretrizes deste Código aplicam-se a lançamentos de quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetiva e potencialmente poluidoras instaladas neste Município, em águas superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta.

Art. 105 - Os critérios e padrões estabelecidos em legislação deverão ser atendidos, também, por etapas ou áreas específicas do processo de produção ou geração de efluentes, de forma a impedir a sua diluição e assegurar a redução das cargas poluidoras totais.

Art. 106 - Os lançamentos de efluentes líquidos não poderão conferir aos corpos receptores características em desacordo com os critérios e padrões de qualidade de água em vigor, ou que criem obstáculos ao trânsito de espécies migratórias, exceto na zona de mistura.

Art. 107 - Serão consideradas, de acordo com o corpo receptor, com critérios estabelecidos pelo DEMA, ouvido o CODEMA, as áreas de mistura fora dos padrões de qualidade.

Art. 108 - A captação de água superficial ou subterrânea, devesse atender aos requisitos estabelecidos pela legislação específica, sem prejuízo às demais exigências legais, a critério técnico do DEMA.

Art. 109 – As atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras e de captação de água, implementarão programas de monitoramento de efluentes e da qualidade ambiental em suas áreas de influência, previamente estabelecidos ou aprovados pelo DEMA,, integrando tais programas o Sistema Municipal de Informações e Cadastros Ambientais – SMICA.

§ 1º - A coleta e análise dos efluentes líquidos deverão ser baseadas em metodologias aprovadas pelo DEMA.

§ 2º - Todas as avaliações relacionadas aos lançamentos de efluentes líquidos deverão ser feitas para as condições de dispersão mais desfavoráveis, sempre incluída a previsão de margens de segurança.

§ 3 - Os técnicos do DEMA terão acesso a todas as fases do monitoramento a que se refere o *caput* deste artigo, incluindo procedimentos laboratoriais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 110 – A critério do DEMA, as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras deverão implantar bacias de acumulação ou outro sistema com capacidade para as águas de drenagem, de forma a assegurar o seu tratamento adequado.

§ 1º - O disposto no *caput* deste artigo aplica-se as águas de drenagem correspondentes a precipitação de um período inicial de chuvas a ser definido em função das concentrações e das cargas poluentes.

§ 2º - A exigência da implantação de bacias de acumulação poderá estender-se às águas eventualmente utilizadas no controle de incêndios.

### Seção III

#### Do solo

Art. 111 - A proteção do solo no Município visa:

I - garantir o uso racional do solo urbano e rural, através dos instrumentos de gestão competentes, observadas as diretrizes ambientais contidas no Plano Diretor de Lajinha – PDL;

II – garantir a utilização do solo cultivável, através de adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos;

III – priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas e o reflorestamento das áreas degradadas;

IV - priorizar a utilização de controle biológico de pragas.

Parágrafo Único - O DEMA devesa elaborar, através de especialistas, carta de solos do Município e critérios para fins de preservação ambiental e aptidão agrícola.

Art. 112 - O Município deverá implantar adequado sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos, incluindo coleta seletiva, segregação, reciclagem, compostagem e outras técnicas que promovam a redução do volume total dos resíduos sólidos gerados.

Art. 113 - A disposição de quaisquer resíduos no solo, sejam líquidos, gasosos ou sólidos, só será permitida mediante comprovação de sua degradabilidade e da capacitação do solo de autodepurar-se levando-se em conta os seguintes aspectos:

I – capacidade de percolação;



II - garantia de não contaminação dos aquíferos subterrâneos;

III – limitação e controle da área afetada;

IV - reversibilidade dos efeitos negativos.

## **Seção IV**

### **Sonora**

Art. 114 - O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e o bem-estar públicos, evitando a perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

Art. 115 - Para os efeitos deste Código consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

I – poluição sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva a saúde, à segurança e ao bem-estar público ou transgrida as disposições fixadas na norma competente;

II - som: fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações mecânicas em um meio elástico que, dentro da faixa de frequência de 16 Hz a 20 KHz, é passível de excitar o aparelho auditivo humano;

III – ruído: qualquer som que cause ou possa causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos ou fisiológicos negativos em seres humanos;

IV - zona sensível a ruídos: são as áreas situadas no entorno de hospitais, escolas, creches, unidades de saúde, bibliotecas, asilos e área de preservação ambiental.

Art. 116 - Compete ao DEMA:

I – elaborar a carta acústica do Município de Lajinha;

II - estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

III - aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais, previstas na legislação vigente;

IV – exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios, podendo, para a consecução dos mesmos, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

V - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fabricas, oficinas ou outros que produzam ou possam vir a produzir ruídos em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos;

VI - organizar programas de educação e conscientização a respeito de:

- a) causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos e vibrações;
- b) esclarecimentos sobre as proibições relativas as atividades que possam causar poluição sonora.

Art. 117 - A ninguém é lícito, por ação ou omissão, dar causa ou contribuir para a ocorrência de qualquer ruído.

Art. 118 - Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento, fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique o som, no período diurno ou noturno, de modo que crie ruído além do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, observado o disposto no zoneamento previsto no Plano Diretor de Lajinha- PDL;

Parágrafo Único - Os níveis máximos de som nos períodos diurno e noturno serão fixados pelo DEMA.

Art. 119 - Fica proibido o uso ou a operação, inclusive comercial, de instrumentos ou equipamentos, de modo que o som emitido provoque ruído.

### Seção V

#### Visual

Art. 120 – A exploração ou utilização de veículos de divulgação presentes na paisagem urbana e visíveis nos logradouros públicos, poderá ser promovida por pessoas físicas ou jurídicas, desde que autorizadas pelo órgão competente.

§ 1º - Considera-se paisagem urbana a configuração resultante da continua e dinâmica interação entre os elementos naturais, os elementos edificados ou criados e o próprio homem, numa constante relação de escala, forma, função e movimento.

§ 2º - São considerados veículos de divulgação, ou simplesmente veículos, quaisquer equipamentos de comunicação visual ou audiovisual utilizados para transmitir anúncios ao publico, segundo a classificação que estabelecer a resolução do CODEMA.

§ 3º - Todas as atividades que industrializem, fabriquem ou comercializem veículos de divulgação ou seus espaços, devem ser cadastradas no órgão competente.



Art. 121 – O assentamento físico dos veículos de divulgação nos logradouros públicos só será permitido nas seguintes condições:

I - quando contiver anúncio institucional;

II - quando contiver anúncio orientador.

Art. 122 - São considerados anúncios quaisquer indicações executadas sobre veículos de divulgação presentes na paisagem urbana, visíveis dos logradouros públicos, cuja finalidade seja a de promover estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, empresas, produtos de quaisquer espécies, idéias, pessoas ou coisas, classificando-se em:

I - anúncio indicativo: indica ou identifica estabelecimentos, propriedades ou serviços;

II - anúncio promocional: promove estabelecimentos, empresas, produtos, marcas, pessoas, idéias ou coisas;

III – anúncio institucional: transmite informações do poder público, organismos culturais, entidades representativas da sociedade civil, entidades beneficentes e similares, sem finalidade comercial;

IV - anúncio orientador: transmite mensagens de orientações, tais como tráfego ou de alerta;

V - anúncio misto: é aquele que transmite mais de um dos tipos anteriormente definidos.

Art. 123 - É considerada poluição visual qualquer limitação a visualização pública de monumento natural e de atributo cênico do meio ambiente natural ou criado, sujeitando o agente, a obra, o empreendimento ou a atividade ao controle ambiental, nos termos deste Código, seus regulamentos e normas decorrentes.

Art. 124 – As interferências antrópicas que afetem a paisagem natural deverão ser complementadas de modo a minimizar o impacto visual negativo causado pela interferência.

§ 1º - Todo corte ou aterro realizado no âmbito do Município será revegetado conforme instruções do DEMA.

§ 2º - Toda construção ou interferência na paisagem urbana deverá ter a aprovação do DEMA, obedecendo critérios inseridos no Plano Diretor de Lajinha – PDL;;

Art. 125 - O Poder Público Municipal proverá o perímetro urbano de locais apropriados para divulgações visuais de todas as espécies.

§ 1º - Fica terminantemente proibida a divulgação visual de qualquer espécie fora dos locais previamente estabelecidos.



§ 2º - Ficam sujeitos a pagamento ao Poder Público Municipal, o interessado na divulgação e o agente divulgador, na razão de 2 para 1 (dois para um), respectivamente, sobre o valor da limpeza do local, acrescido de 100% (cem por cento), e sem prejuízo das penalidades advindas de leis superiores ou complementares.

## **Título II**

### **Do Poder de Polícia Ambiental**

#### **Capítulo I**

##### **Do Procedimento Administrativo**

Art. 126 - A fiscalização do cumprimento das disposições deste Código e das normas dele decorrentes será realizada pelos agentes de proteção ambiental, pelos demais servidores públicos para tal fim designados e pelas entidades não governamentais, nos limites da lei.

Art. 127 - Consideram-se para os fins deste capítulo os seguintes conceitos:

**Advertência:** é a intimação do infrator para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções.

**Apreensão:** ato material decorrente do poder de polícia e que consiste no privilégio do poder público de assenhorear-se de objeto ou de produto da fauna ou da flora silvestre.

**Auto:** instrumento de assentamento que registra, mediante termo circunstanciado, os fatos que interessam ao exercício do poder de polícia.

**Auto de constatação:** registra a irregularidade constatada no ato da fiscalização, atestando o descumprimento preterido ou iminente da norma ambiental e adverte o infrator das sanções administrativas cabíveis.

**Auto de infração:** registra o descumprimento de norma ambiental e consigna a sanção pecuniária cabível.

**Demolição:** destruição forçada de obra incompatível com a norma ambiental.

**Embargo:** é a suspensão ou proibição da execução de obra ou implantação de empreendimento.

**Fiscalização:** toda e qualquer ação de agente fiscal credenciado visando ao exame e verificação do atendimento às disposições contidas na legislação ambiental, neste regulamento e nas normas deles decorrentes.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

**Infração:** é o ato ou omissão contrário à legislação ambiental, a este Código e às normas deles decorrentes.

**Infrator:** é a pessoa física ou jurídica cujo ato ou omissão, de caráter material ou intelectual, provocou ou concorreu para o descumprimento da norma ambiental.

**Interdição:** é a limitação, suspensão ou proibição do uso de construção, exercício de atividade ou condução de empreendimento.

**Intimação:** é a ciência ao administrado da infração cometida, da sanção imposta e das providências exigidas, consubstanciadas no próprio auto ou em edital.

**Multa:** é a imposição pecuniária singular, diária ou cumulativa, de natureza objetiva a que se sujeita o administrado em decorrência da infração cometida.

**Poder de polícia:** é a atividade da administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse, atividade ou empreendimento, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à proteção, controle ou conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida neste Município.

**Reincidência:** é a perpetração de infração da mesma natureza ou de natureza diversa, pelo agente anteriormente autuado por infração ambiental. No primeiro caso trata-se de reincidência específica e no segundo caso de reincidência genérica. A reincidência observará um prazo máximo de 5 (cinco) anos entre uma ocorrência e outra.

Art. 128 - No exercício da ação fiscalizadora serão assegurados aos agentes fiscais credenciados o livre acesso e a permanência, pelo tempo necessário, nos estabelecimentos públicos ou privados.

Art. 129 – Mediante requisição do DEMA, o agente credenciado poderá ser acompanhado por força policial no exercício da ação fiscalizadora.

Art. 130 – Aos agentes de proteção ambiental credenciados compete:

I - efetuar visitas e vistorias;

II - verificar a ocorrência da infração;

III – lavrar o auto correspondente, fornecendo cópia ao autuado;

IV - elaborar relatório de vistoria;

V - exercer atividade orientadora visando a adoção de atitude ambiental positiva.

Art. 131 – A fiscalização e a aplicação de penalidades de que tratam este regulamento dar-se-ão por meio de:



I - auto de constatação;

II - auto de infração;

III - auto de apreensão;

IV - auto de embargo;

V - auto de interdição;

VI - auto de demolição.

Parágrafo Único - Os autos serão lavrados em três vias destinadas:

- a) a primeira, ao autuado;
- b) a segunda, ao processo administrativo;
- c) a terceira, ao arquivo.

Art. 132 - Constatada a irregularidade, será lavrado o auto correspondente, dele constando:

I – o nome da pessoa física ou jurídica autuada, com respectivo endereço;

II - o fato constitutivo da infração e o local, hora e data respectivos;

III – o fundamento legal da infração;

IV – a penalidade aplicada e, quando for o caso, o prazo para a correção da irregularidade;

V - nome, função e assinatura do autuante;

VI – prazo para apresentação da defesa.

Art. 133 - Na lavratura do auto, as omissões ou incorreções não acarretarão nulidade, se do processo constarem elementos suficientes para determinação da infração e do infrator.

Art. 134 – A assinatura do infrator ou seu representante não constitui formalidade essencial a validade do auto, nem implica em confissão, nem a recusa constituirá agravante.

Art. 135 - Do auto será intimado o infrator:

I - pelo autuante, mediante assinatura do infrator;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

II - por via postal, fax, telex ou meio similar, com prova de recebimento;

III - por edital, nas demais circunstâncias.

Parágrafo Único - O edital será publicado uma única vez, em órgão de imprensa oficial, ou em jornal de grande circulação.

Art. 136 – São critérios a serem considerados pelo autuante na classificação de infração:

I - a maior ou menor gravidade;

II – as circunstâncias atenuantes e as agravantes;

III - os antecedentes do infrator.

Art. 137 – São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - o arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, em conformidade com normas, critérios e especificações determinadas pelo DEMA;

II - a comunicação prévia do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental;

III - a colaboração com os agentes e técnicos encarregados da fiscalização e do controle ambiental;

IV – o infrator não ser reincidente e a falta cometida ser de natureza leve.

Art. 138 - São consideradas circunstâncias agravantes:

I - cometer o infrator reincidência específica ou infração continuada;

II – ter cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III - coagir outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração consequência grave ao meio ambiente;

V - deixar o infrator de tomar as providências ao seu alcance, quando tiver conhecimento do ato lesivo ao meio ambiente;

VI - ter o infrator agido com dolo;

VII - atingir a infração áreas sob proteção legal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 139 - Havendo concurso de circunstância atenuante e agravante, a pena será aplicada levando-as em consideração, bem como o conteúdo da vontade do autor.

### Capítulo II

#### Das Penalidades

Art. 140 – Os responsáveis pela infração ficam sujeitos as seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas independentemente:

I - advertência por escrito em que o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;

II - multa simples, diária ou cumulativa, em URM (Unidade de Referência Municipal), conforme estabelecida neste Código;

III - apreensão de produtos e subprodutos da fauna e flora silvestres, instrumentos, apetrechos e equipamentos de qualquer natureza utilizados na infração;

IV – embargo ou interdição temporária de atividades até a correção da irregularidade;

V – cassação de alvarás e licenças, e a consequente interdição definitiva do estabelecimento autuado, a serem efetuadas pelos órgãos competentes do Executivo Municipal, em especial a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em cumprimento a parecer técnico homologado pelo titular do DEMA;

VI – perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

VII - reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definidas pelo DEMA;

VIII - demolição.

§ 1º - Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente as penas cominadas.

§ 2º - A aplicação das penalidades previstas neste Código não exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

§ 3º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o infrator obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

Art. 141 – As penalidades poderão incidir sobre:



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I - o autor material;

II – o mandante;

III - quem de qualquer modo concorra para a prática da infração ou dela se beneficie.

Art. 142 – As penalidades previstas neste capítulo serão objeto de regulamentação por meio de ato do Poder Executivo Municipal, ouvido o CODEMA.

Art. 143 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prever classificação e graduação das infrações e penalidades aplicáveis, fundamentado nas previsibilidades desta lei e demais legislações pertinentes, considerando essencialmente a especificidade de cada recurso ambiental.

### Capítulo III

#### Dos Recursos

Art. 144 - O autuado poderá apresentar defesa no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento do auto de infração.

Art. 145 – A impugnação da sanção ou da ação fiscal instaura o processo de contencioso administrativo em primeira instância.

§ 1º - A impugnação será apresentada ao Protocolo Geral da Prefeitura, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento da intimação.

§ 2º – A impugnação mencionará:

I - autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que o impugnante pretenda produzir, expostos os motivos que as justifiquem.

Art. 146 - Oferecida a impugnação, o processo será encaminhado ao fiscal autuante ou servidor designado pelo DEMA, que sobre ela se manifestará, no prazo de 10 (dez) dias, dando ciência ao autuado.

Art. 147 - Fica vedado reunir em uma só petição, impugnação ou recurso referente a mais de uma sanção ou ação fiscal, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo infrator.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 148 - O julgamento do processo administrativo, e os relativos ao exercício do poder de polícia, será de competência:

I - em primeira instância, da Junta de Impugnação Fiscal (JIF) nos processos que versarem sobre toda e qualquer ação fiscal decorrente do exercício do poder de polícia.

§ 1º - O processo será julgado no prazo de 30 (trinta) dias a partir de sua entrega na JIF.

§ 2º - A JIF, dará ciência da decisão ao sujeito passivo, intimando-o, quando for o caso, a cumpri-la ao prazo de 20 (vinte) dias contados da data de seu recebimento.

II – em segunda e ultima instância administrativa, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CODEMA, órgão consultivo, deliberativo e normativo do SIMMA.

§ 1º - O CODEMA, proferirá decisão no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do recebimento do processo, no plenário do Conselho.

§ 2º - Se o processo depender de diligencia, este prazo passara a ser contado a partir da conclusão daquela.

§ 3º - Fica facultado ao autuante e ao autuado juntar provas no decorrer do período em que o processo estiver em diligência.

Art. 149 - A JIF, será composta de 2 (dois) membros designados pelo Chefe do Departamento de Meio Ambiente e 1 (um) presidente, que será sempre o Diretor de Departamento da Unidade Administrativa autora da sanção fiscal recusada.

Art. 150 - Compete ao presidente da JIF:

I - presidir e dirigir todos os serviços da JIF, zelando pela sua regularidade;

II - determinar as diligencias solicitadas;

III - proferir voto ordinário e de qualidade, sendo este fundamentado;

IV - assinar as resoluções, em conjunto com os membros da Junta;

V - recorrer de ofício ao CODEMA, quando for o caso.

Art. 151 – São atribuições dos membros da JIF:

I - examinar os processos que lhe forem distribuídos, apresentando, por escrito, no prazo estabelecido, relatório com pareceres conclusivos;

II - solicitar esclarecimentos, diligencias ou visitas, se necessário;

III – proferir voto fundamentado;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

IV - proferir, se desejar, voto escrito e fundamentado;

V - redigir as resoluções, nos processos em que funcionar como relator, desde que vencedor o seu voto;

VI - redigir as resoluções, quando vencido o voto do relator.

Art. 152 - A JIF, devesa elaborar o regimento interno, para disciplinamento e organização dos seus trabalhos, submetendo-se ao exame e sanção do Chefe do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 153 - Sempre que houver impedimento do membro titular da JIF, o presidente devesa convocar o seu respectivo suplente, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 154 - A JIF realizara 1 (uma) sessão ordinária semanal, e tantas extraordinárias quanto necessário, dependendo do fluxo de processos.

Art. 155 – O presidente da JIF recorrerá de ofício ao CODEMA sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento do tributo ou de sanção fiscal, do valor originário não corrigido monetariamente, superior a 500 (quinhentas) URM (Unidades de Referências Municipais).

Art. 156 – Não sendo cumprido, nem impugnada a sanção fiscal, será declarada a revelia e permanecerá o processo no DEMA, pelo prazo de 20 (vinte) dias para cobrança amigável de crédito constituído.

§ 1º - A autoridade preparadora poderá discordar da exigência não impugnada, em despacho fundamentado, o qual será submetido a JIF.

§ 2º – Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito constituído, o órgão preparador declarara o sujeito passivo devedor omissor e encaminhará o processo a Secretaria Municipal de Finanças, para inscrição do débito em dívida ativa e promoção executiva pela Procuradoria Geral, quando não for o caso de reparação de dano ambiental.

Art. 157 – São definitivas as decisões:

§ 1º - De primeira instância:

I - quando esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;

II – quando a parte não for objeto de enfoque no recurso voluntário.

§ 2 - De segunda e última instância recursal administrativa.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 158 - O Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, os projetos de lei necessários à regulamentação do presente Código.

Art. 159 – Fica mantida a vigência da Lei 897/99 de 03 de maio de 1.999, no que não foi conflitante com os termos da presente.

Art. 160 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 161 – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, AOS  
DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E DOIS. (16-10-  
2002)

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em  
24/10/2002.

**Ver. WALDIR AMBRÓSIO DA TRIN**  
*Presidente da Câmara*

Lúcia Maria Miguel  
Atend. Legislativo